

**TERMO DE REFERÊNCIA CONSULTOR**

<b>Edital 01/2024: Formadores - conteudistas e instrutores para capacitação de técnicos e gestores educacionais para obtenção, execução e prestação de contas - PDDE, PNATE, Caminho da Escola</b>	
<b>Título e Código do Projeto:</b>	<b>914BRZ1149</b> - Desenvolvimento de estratégias e ferramentas para fortalecimento e consolidação das políticas públicas de manutenção escolar como referências nacionais e internacionais em políticas públicas educacionais de excelência.
<b>Local de Trabalho:</b>	Brasília-DF
<b>Período do contrato:</b>	11 meses
<b>Número de vagas:</b>	01 (uma)
<b>Enquadramento no Prodoc:</b>	1.2.10 Elaborar conteúdos, guias/manuais e capacitar técnicos e gestores educacionais para obtenção, execução e prestação de contas de recursos públicos dos programas de transferência direta de recursos para as escolas e dos programas da Política Pública de Transporte Escolar.

**1 – FINALIDADE DE CONTRATAÇÃO****a) Contexto da consultoria**

O Projeto de Cooperação Técnica objetiva o aprimoramento da capacidade institucional do FNDE, em especial da Coordenação-Geral de Desenvolvimento e Melhoria da Escola (CGDME) e da Coordenação Geral de Transporte Escolar (CGPTE), da Diretoria de Ações Educacionais (Dirae), para se tornar referência nacional e internacional em políticas públicas de transporte e manutenção escolar de excelência, por meio do fortalecimento e consolidação do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate), do Programa Caminho da Escola e do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Os resultados propostos devem contribuir para o aperfeiçoamento dessas políticas educacionais e, como consequência, diminuir a desigualdade educacional e alcançar melhores índices de acesso e aprendizagem dos estudantes brasileiros.

Dentre os resultados esperados, há o Resultado 1.2: Processos de planejamento, implantação, execução, monitoramento e inovação dos programas brasileiros de transferência direta de recursos para as escolas e dos programas da Política Pública de Transporte Escolar aprimorados. Para o alcance do Resultado 1.2, está prevista a contratação de consultores para elaborar conteúdos, guias/manuais e capacitar técnicos e gestores educacionais para obtenção, execução e prestação de contas de recursos públicos dos programas de transferência direta de recursos para as escolas e dos programas da Política Pública de Transporte Escolar.

**b) Motivos e relevância**

No FNDE, as políticas de manutenção escolar se subdividem no Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e na Política Nacional de Transporte Escolar, que tem dois programas: o Programa Caminho da Escola e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar.

O Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, criado no ano de 1995, também conhecido como PDDE Básico, é regido atualmente pela Resolução CD/FNDE/MEC nº 15, de 16 de setembro de 2021, tendo como legislação principal anterior a Resolução CD/FNDE/MEC nº 10, de 18 de abril de 2013.

Além do PDDE Básico, existem as Ações Integradas, que consistem em programas educacionais específicos geridos pelas Secretarias do Ministério da Educação – MEC (Secretaria de Educação Básica – SEB e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Secadi), mas que seguem os

mesmos moldes operacionais do PDDE Básico nos quesitos: forma de transferência dos repasses, modo de gestão dos recursos e modo de prestação de contas.

Contudo, cada Ação Integrada possui finalidades, objetos e públicos-alvo específicos, descritos em suas próprias resoluções, as quais devem ser estritamente seguidas para a correta aplicação dos recursos e alcance dos objetivos dos programas.

O PDDE possui caráter suplementar e consiste na destinação anual de recursos financeiros repassados às entidades participantes, cujas finalidades consistem em contribuir para:

- a) o provimento das necessidades prioritárias dos estabelecimentos educacionais beneficiários que concorram para a garantia de seu funcionamento;
- b) a promoção de melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica; e
- c) o incentivo da autogestão escolar e do exercício da cidadania, com a participação da comunidade no controle social.

Para que os programas de manutenção escolar sejam bem compreendidos e executados, o FNDE precisa investir em estratégias efetivas de assistência técnica.

Assim, a finalidade da contratação em questão é produzir material instrucional na área de contabilidade pública para auxiliar as Unidades Executoras do PDDE com as etapas de criação de Unidade Executora Própria e emissão das declarações anuais junto à Receita Federal. Além disso, o(a) consultor(a) deverá ensinar sobre as responsabilidades de se gerir uma associação privada sem fins lucrativos e os cuidados necessários para evitar multas e inadimplências. Ainda deverá produzir material para auxiliar as UEx com a administração contábil das receitas e despesas que culminará no processo de prestação de contas a ser encaminhado à Entidade Executora responsável pela análise.

A elaboração de material instrucional sobre aspectos de contabilidade do PDDE, seguramente, contribuirá para subsidiar e qualificar as ações de assistência técnica e tomada de decisão das políticas do FNDE. Dessa forma, a aplicação dos recursos será otimizada, contribuindo para que se gerem os resultados esperados.

#### c) Necessidade da consultoria

Este edital tem por objeto a contratação de 01 (uma) consultoria especializada na elaboração de material instrucional na área de contabilidade pública para auxiliar as Unidades Executoras do PDDE com as etapas de criação de Unidade Executora Própria e emissão das declarações anuais junto à Receita Federal.

Ressalta-se a não existência de profissionais com este perfil na Autarquia, tendo em vista ser uma área predominante de contabilidade e a carreira do FNDE ser específica para financiamento de políticas educacionais.

## 2 – ENQUADRAMENTO NO PRODOC

a) Resultados que serão alcançados: elaboração de material instrucional contendo informações sobre todas as etapas de criação e manutenção de UEx; orientação sobre o acompanhamento dos registros contábeis e financeiros da UEx, as responsabilidades dos entes envolvidos no processo de manutenção e a criação da UEx; oferta de metodologias para facilitar o acompanhamento contábil e financeiro da UEx.

b) Enquadramento no Prodoc:

**Objetivo Imediato:** Políticas educacionais de transporte escolar e de descentralização de recursos às escolas sendo executadas de forma eficiente a partir de aplicação de novas metodologias, experiências inovadoras e boas práticas nacionais e internacionais, hábeis a incrementar seu desenvolvimento.

**Resultado 1.2:** Processos de planejamento, implantação, execução, monitoramento e inovação dos programas brasileiros de transferência direta de recursos para as escolas e dos programas da Política Pública de Transporte Escolar aprimorados.

**Atividade 1.2.10:** Elaborar conteúdos, guias/manuais e capacitar técnicos e gestores educacionais para obtenção, execução e prestação de contas de recursos públicos dos programas de transferência direta de recursos para as escolas e dos programas da Política Pública de Transporte Escolar.

## 3 – PRODUTOS A SEREM ENTREGUES E/OU ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS

Descrição
<p><b>Produto 1</b> – Documento técnico contendo proposta de material instrucional sobre as obrigações contábeis e fiscais das Unidades Executoras (UEX), contendo informações sobre as etapas de criação e manutenção de UEX; o acompanhamento dos registros contábeis e financeiros da UEX; as responsabilidades dos entes envolvidos no processo de manutenção e criação da UEX.</p> <p><b>Atividades necessárias para elaboração do Produto 1:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação em reuniões institucionais;</li> <li>• Diálogo permanente com a equipe da CGDME;</li> <li>• Estudo da legislação sobre as obrigações contábeis e fiscais da UEX;</li> <li>• Elaboração de nova redação da Resolução nº 15/2021, em relação às obrigações fiscais e contábeis da UEX.</li> </ul>
<p><b>Produto 2</b> – Documento técnico contendo análise, com sugestão de adequações, sobre o material produzido pelos Centros Colaboradores em Monitoramento e Apoio à Gestão de Programas (Cecampes) a respeito do tema da consultoria, assim como, material para capacitação desses parceiros.</p> <p><b>Atividades necessárias para elaboração do Produto 2:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação em reuniões institucionais;</li> <li>• Diálogo permanente com as equipes da CGDME e dos Cecampes;</li> <li>• Estudo dos produtos dos Centros Colaboradores em Monitoramento e Apoio à Gestão de Programas (Cecampes);</li> <li>• Proposição de adequações ao material analisado;</li> <li>• Elaboração de material instrucional para os Cecampes.</li> </ul>
<p><b>Produto 3</b> – Documento técnico contendo análise da Resolução nº 15/2021 e proposta de nova redação pertinente às obrigações fiscais e contábeis da UEX, entre outras especificidades, em relação ao Programa Dinheiro Direto na Escola.</p> <p><b>Atividades necessárias para elaboração do Produto 3:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação em reuniões institucionais;</li> <li>• Diálogo permanente com a equipe da CGDME;</li> <li>• Diagnóstico das atuais estratégias de comunicação sobre o PDDE, na área contábil;</li> <li>• Elaboração de manuais, tutoriais, comunicados e outros materiais instrucionais sobre a contabilidade do PDDE nas UEX, para fortalecer a assistência técnica e o apoio à gestão das escolas públicas.</li> </ul>
<p><b>Produto 4</b> – Documento técnico contendo proposta de metodologia para modernizar e simplificar a execução e a prestação de contas do PDDE, facilitando o acompanhamento contábil e financeiro da UEX, materializando-se em uma proposta de portaria com regras de análises técnicas e financeiras das prestações de contas.</p> <p><b>Atividades necessárias para elaboração do Produto 4:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação em reuniões institucionais;</li> <li>• Diálogo permanente com a equipe da CGDME;</li> <li>• Análise da metodologia atual de execução e prestação de contas do PDDE;</li> <li>• Proposta de nova metodologia de execução e prestação de contas do PDDE.</li> </ul>
<p><b>Produto 5</b> – Documento técnico contendo proposta de metodologia para modernizar e simplificar a execução e a prestação de contas do PDDE, facilitando o acompanhamento contábil e financeiro da UEX, materializando-se em uma proposta de melhorias e desburocratização do Programa.</p> <p><b>Atividades necessárias para elaboração do Produto 5:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação em reuniões institucionais;</li> <li>• Diálogo permanente com a equipe da CGDME;</li> <li>• Análise dos últimos reajustes do PDDE;</li> <li>• Elaboração de propostas para o reajuste contínuo do PDDE.</li> </ul>

#### 4 – CRONOGRAMA DE ENTREGAS

##### Perfil: Consultor em Contabilidade Pública

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
<b>Produto 1</b> Documento técnico contendo proposta de material instrucional sobre as obrigações contábeis e fiscais das Unidades Executoras (UEX), contendo informações sobre as etapas de criação e manutenção de UEX; o acompanhamento dos registros contábeis e financeiros da UEX; as responsabilidades dos entes envolvidos no processo de manutenção e criação da UEX.	40 dias
<b>Produto 2</b> Documento técnico contendo revisão, com sugestão de adequações, sobre o material produzido pelos Centros Colaboradores em Monitoramento e Apoio à Gestão de Programas (Cecampes) a respeito do tema da consultoria, assim como, material para capacitação desses parceiros.	120 dias
<b>Produto 3</b> Documento técnico contendo análise da Resolução nº 15/2021 e proposta de nova redação pertinente às obrigações fiscais e contábeis da UEX, entre outras especificidades, em relação ao Programa Dinheiro Direto na Escola.	180 dias
<b>Produto 4</b> Documento técnico contendo proposta de metodologia para modernizar e simplificar a execução e a prestação de contas do PDDE, facilitando o acompanhamento contábil e financeiro da UEX, materializando-se em uma proposta de portaria com regras de análises técnicas e financeiras das prestações de contas.	250 dias
<b>Produto 5</b> Documento técnico contendo proposta de metodologia para modernizar e simplificar a execução e a prestação de contas do PDDE, facilitando o acompanhamento contábil e financeiro da UEX, materializando-se em uma proposta de melhorias e desburocratização do Programa.	310 dias

\* o número de dias é contado da assinatura do contrato.

#### 5 – INSUMOS

Ao(À) consultor(a), serão fornecidos apoio e material técnicos necessários para o desenvolvimento dos trabalhos da consultoria em questão, bem como acesso às informações institucionais pertinentes ao objeto dos produtos.

Poderão ainda ser disponibilizados os seguintes insumos para a consultoria:

- Passagens e diárias quando necessárias à realização dos produtos previstos;
- Subsídio da equipe técnica do FNDE para a realização de reuniões de trabalho necessárias para a discussão do conteúdo e principais resultados do trabalho;
- Apoio da equipe técnica do FNDE para leitura do documento, críticas e sugestões;
- Disponibilização de informações importantes, de domínio do FNDE, para a execução do trabalho.

#### 6 – REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIFICAÇÃO

Os participantes que não apresentarem os requisitos obrigatórios de qualificação não serão considerados para o processo de avaliação.

## 6.1 Obrigatórios:

- **Formação Acadêmica:** Graduação em Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo MEC em contabilidade ou economia.
- **Experiência Profissional:**
  - Experiência mínima de 3 (três) anos em atuação ou consultoria na área de contabilidade ou economia.
  - Experiência mínima de 2 (dois) anos em atuação ou consultoria na área de contabilidade ou economia na Administração Pública Federal.

## 6.2 Desejáveis:

- Especialização, mestrado ou doutorado.
- Experiência na área de Educação.

## 7 – TABELA COM CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Os candidatos serão avaliados pelos critérios técnicos dispostos na tabela a seguir.

### Critérios de Avaliação Técnica – Pessoa Física

Qualificação e Experiência do Candidato				
1	Qualificação do candidato	<p>É <b>obrigatório</b> que possua curso superior completo em contabilidade ou economia, devidamente reconhecido pelo MEC.</p> <p>É <b>desejável</b> especialização, mestrado ou doutorado em contabilidade ou economia.</p> <p>A comprovação será feita por meio de apresentação de diploma.</p>	<p>[100%] 20 pontos: Doutorado</p> <p>[90%] 18 pontos: Mestrado</p> <p>[80%] 16 pontos: Especialização</p> <p>[70%] 14 pontos: Graduação em contabilidade ou economia</p>	20
2	Experiência do candidato	<p>É <b>obrigatório</b> que possua experiência mínima de 3 (três) anos em atuação ou consultoria na área de contabilidade ou economia.</p> <p>A comprovação será feita por meio de apresentação de atestados e/ou declarações fornecidos por algum empregador.</p>	<p>[100%] 20 pontos: 7,5 ou mais anos de experiência</p> <p>[90%] 18 pontos: 6 anos de experiência</p> <p>[80%] 16 pontos: 4,5 anos de experiência</p> <p>[70%] 14 pontos: 3 anos de experiência</p>	20
		<p>É <b>obrigatório</b> que possua experiência mínima de 2 (dois) anos em atuação ou consultoria na área de contabilidade ou economia na Administração Pública Federal.</p> <p>A comprovação será feita por meio de apresentação de atestados e/ou declarações fornecidas por algum empregador.</p>	<p>[100%] 20 pontos: 6,5 ou mais anos de experiência</p> <p>[90%] 18 pontos: 5 anos de experiência</p> <p>[80%] 16 pontos: 3,5 anos de experiência</p> <p>[70%] 14 pontos: 2 anos de experiência</p>	20
		<p>É <b>desejável</b> que possua experiência na área de Educação.</p> <p>A comprovação será feita por meio de apresentação de atestados e/ou declarações fornecidas por algum empregador.</p>	<p>[100%] 10 pontos: 5 anos ou mais</p> <p>[90%] 9 pontos: 4 anos</p> <p>[80%] 8 pontos: 3 anos</p> <p>[70%] 7 pontos: 2 anos</p>	10
3	Entrevista	<p>Adequação ao perfil e domínio nas atividades previstas no edital.</p>	<p>[100%] 10 pontos: Ótimo</p> <p>[70%] 7 pontos: Bom</p> <p>[50%] 5 pontos: Regular</p> <p>[10%] 1 ponto: Fraco</p>	10
		<p>Desenvoltura na articulação de temas e experiências relatadas relacionadas ao objeto da contratação.</p>	<p>[100%] 10 pontos: Ótimo</p> <p>[70%] 7 pontos: Bom</p> <p>[50%] 5 pontos: Regular</p> <p>[10%] 1 ponto: Fraco</p>	10

Qualificação e Experiência do Candidato				
		Capacidade de raciocínio, comunicação e interlocução durante a entrevista.	[100%] 10 pontos: Ótimo [70%] 7 pontos: Bom [50%] 5 pontos: Regular [10%] 1 ponto: Fraco	10
TOTAL DE PONTOS				100

## 8 – ENTREVISTA

A fase final do processo de seleção e classificação se dará por meio de entrevista com os candidatos que atingirem a maior pontuação referente a qualificação e experiência, conforme item 7 deste edital. Para cada uma das vagas, a critério do Comitê de Seleção, 03 (três) ou mais candidatos participarão dessa fase.

As entrevistas terão caráter classificatório e eliminatório e, a critério do Comitê de Seleção, poderão ser presenciais e realizadas em Brasília, no Edifício FNDE.

A entrevista valerá **30 (trinta) pontos**, os quais serão somados aos pontos obtidos pelo candidato na fase de pontuação do currículo. Esta entrevista avaliará o domínio pelo candidato nas atividades previstas no edital, assim como sua desenvoltura na articulação de temas e ideias relativos ao objeto da consultoria, fluência verbal e capacidade de raciocínio.

## 9 – LOCAL DE TRABALHO

Brasília-DF.

Não há a necessidade de o(a) consultor(a) permanecer nos espaços físicos da Autarquia, podendo trabalhar remotamente, desde que resida em Brasília e esteja disponível para a participação em reuniões presenciais, videoconferências, além de atender ligações, responder e-mails e manter as condições necessárias para acessar os sistemas corporativos.

Brasília/DF, 26 de dezembro de 2023.